**GRAMSCI, FIORI E FREIRE- EDUCAÇÃO POPULAR PARA A
LIBERDADE**

Heber Junio Pereira Brasão¹

Helen Cristina Pereira de Oliveira²

Priscilla Amaral Lima Vilela³

Denise Dias Alves Cocco⁴

RESUMO

Este trabalho tem por objetivo discutir teses do filósofo marxista Antônio Gramsci ao escrever *Cadernos do Cárcere* que com suas teses de luta contra hegemônica, enxergava na cultura popular um campo potencialmente rico para a luta social. Ernani Maria Fiori com o livro *Educação e Política* e Paulo Freire com a *Pedagogia do oprimido*, buscam analisar as possibilidades e os limites de como a educação deve ser comprometida e participativa, orientada pela perspectiva de realização de todos os direitos do povo. Não é uma educação fria e imposta, pois baseia-se no saber da comunidade e incentiva o diálogo. Neste contexto, a escola passa a ser vista como um local propício à difusão de novas ideias onde o coletivo de professores pode participar do processo que educa na/para cidadania, entendida como possibilidade de intervir nas instituições sociais com a intenção da transformação da sociedade.

PALAVRAS-CHAVES: Educação; Hegemonia; Liberdade; Sociedade.

ABSTRACT

This paper aims to discuss theses of Marxist philosopher Antonio Gramsci's Prison Notebooks to write their thesis with which to fight hegemonic, saw a field in popular culture for potentially rich social struggle. Ernani Maria Fiori with the book and Policy Education and Paulo Freire in Pedagogy of the Oppressed, seek to analyze the possibilities and limits of how education should be participatory and committed, driven by the prospect of achieving all the rights of the people. There is a cold and education imposed, because based on the knowledge of the community and encourages dialogue. In this context, the school is now seen as a place conducive to the diffusion of new ideas where the collective of teachers can participate in the process that educates / for citizenship, understood as the possibility of intervening in social institutions with the intention of transforming society.

KEYWORDS: Education; Hegemony; Freedom; Society.

1-Licenciado em Letras, Filosofia e Sociologia, Pós graduado em Inspeção, supervisão e orientação escolar, Pós graduado em Linguística, Mestre em Educação pela Universidade de Uberaba. Coordenador dos Cursos de Ciências Biológicas, Letras e Pedagogia na UNIFUCAMP, Monte Carmelo. MG.

2-Graduanda em Direito pela UNIFUCAMP.

3-Graduada em Pedagogia, Pós graduada em Administração, Planejamento, Inspeção, Supervisão e Orientação Educacional pela UNIFUCAMP.

4- Graduada em Ciências Biológicas pelo UNIFUCAMP

Para o desenvolvimento desse trabalho e, sem a pretensão de esgotar o mesmo, toma-se como eixo central a discussão das ideias apresentadas pelo autor, Antônio Gramsci, filósofo italiano, uma das referências essenciais do pensamento da esquerda do século 20. Em sua obra, Gramsci aponta a necessidade de se educar os trabalhadores e da formação de intelectuais provenientes das classes trabalhadoras, a que ele denomina “intelectuais orgânicos”. Seguindo esta linha, o texto aponta também as reflexões do professor Ernani Maria Fiori sobre esta educação direcionada às classes trabalhadoras, apresentada sob a égide da Educação Libertadora, teoria e método tão defendido por Paulo Freire para tentar encontrar de que maneira a escola, entendida como um coletivo de professores pode participar do processo que educa na/para cidadania, entendida como possibilidade de intervir nas instituições sociais com a intenção da transformação da sociedade.

Um dos conceitos criados e valorizados por Gramsci é o da cidadania como um objetivo da escola. Ela deveria ser orientada naquilo que o próprio pensador chamou de “elevação cultural das massas”, ou seja, livrá-las de uma visão de mundo que, por se assentar em preconceitos e tabus, predispõe à interiorização acrítica da ideologia das classes dominantes.

Gramsci concentra suas análises nas relações entre política e economia, detendo-se particularmente no papel da cultura e dos intelectuais nos processos de transformação histórica. Suas ideias sobre educação surgem desse contexto. Para entendê-las, é necessário compreender o conceito de hegemonia, um dos pilares do pensamento gramsciano.

Ao se tentar discutir a questão cultural, partindo da análise da cultura popular (classes populares), baseado no pensamento do filósofo Antônio Gramsci, nos arremete a pensar no que ele mesmo conceituará como “hegemonia cultural”, levando-nos a uma reflexão referente a uma fase de derrota do movimento operário, visto que era necessária uma batalha cultural que constituísse um bloco capaz de obter a hegemonia, ou seja, um consenso indispensável para chegar ao domínio, modificando a mentalidade da cultura das classes populares até então mantidas distantes do poder e da cultura.

Hegemonia significa para Gramsci, a relação de domínio de uma classe social sobre o conjunto da sociedade. O domínio caracteriza-se por dois elementos: força e consenso.

O consenso diz respeito sobretudo a cultura, tratando-se de uma liderança ideológica conquistada entre a maioria da sociedade e formada por um conjunto de

valores morais e regras de comportamento. Segundo Gramsci, toda relação de hegemonia é necessariamente uma relação pedagógica”, ou seja, aprendizado.

A realidade objetiva foi analisada pelo autor, a partir de uma multiplicidade de significados, deixando claro que o conjunto das relações constitutivas do ser social envolve alianças e conflitos.

Essa hegemonia, para Gramsci, só será obtida por meio de lutas contrastantes entre a ética e a política, sendo necessário primeiro conquistar mentes para só posteriormente conquistar o poder. Assim a função do intelectual e da escola é ser um mediador na tomada de consciência que passa pelo autoconhecimento individual e o reconhecimento do valor histórico.

Daí a proposta de um tratamento crítico, desapaixonado de todas as questões, que ainda obsecavam os intelectuais, propondo uma unidade da língua, uma relação entre a arte e a vida, a necessidade de uma reforma intelectual e moral, isto é, de uma reforma popular que tenha a mesma função da Reforma Protestante e da Revolução Francesa.

Torna-se claro a luta por uma “nova cultura” e não por uma “nova arte”. Talvez nem sequer se possa dizer, que se luta por um novo conteúdo da arte, já que este não pode ser pensado abstratamente, separado da forma. Lutar por uma nova arte significaria lutar para criar artistas individuais, já que é impossível criar artificialmente os artistas. Mas sim, deve-se falar de luta por uma nova cultura, isto é, por uma nova vida moral, que não pode deixar de ser intimamente ligada a uma nova instituição de vida até que se torne um novo modo de sentir e de ver a realidade.

Claramente não há uma compreensão efetiva que a arte está sempre ligada a uma determinada cultura ou a uma civilização e que, lutando-se para reformular uma cultura, conseqüentemente consegue modificar o conteúdo da arte, tenta-se criar uma nova arte, não a partir de fora, mas de dentro, visto que o homem é modificado na medida que seus sentimentos e suas concepções são modificadas.

Para Gramsci não se podem criar artificialmente os artistas individuais. Isto, contudo, não significa que o novo mundo cultural, pelo qual se luta, suscitando paixões e calor humano, não crie novos artistas, mas sim novo grupo social que ingressa na vida histórica com postura hegemônica, com uma segurança de si que antes não possuía. Não pode deixar de gerar, a partir do seu interior, personalidades que antes, não teriam encontrado força suficiente para se expressar completamente num certo sentido.

O autor ao se referir às diversas formas de manifestações artísticas, é muito

incisivo na questão literária, abordando o motivo pelo qual o povo italiano não lê preferencialmente os autores de sua própria nação, demonstrando assim que os intelectuais não saem do povo:

“... significa que o povo italiano sofre a hegemonia intelectual e moral dos intelectuais estrangeiros do que aos “patricios”, isto é, que não existe no país um bloco nacional intelectual e moral, nem hierárquico nem (muito menos) igualitário. Os intelectuais não saem do povo, ainda que acidentalmente algum deles seja de origem popular; não sentem ligados ao povo (à parte a retórica), não conhecem e não se sentem suas necessidades, suas aspirações e seus sentimentos difusos; mas são, em face do povo, algo destacado, solto no ar, ou seja, uma casta e não uma articulação (com funções orgânicas) do próprio povo. (Gramsci, 2002. pag.43).

Gramsci preocupa-se com a cultura em termos amplos para além da cultura política, mas não nega nem a rejeita e sim se preocupa com ela, pois a mesma é necessária para o desenvolvimento do homem, partindo do pressuposto que todos somos políticos.

A cultura é uma das vias que pode propiciar às massas ou classes subalternas a criação de uma outra ordem social hegemônica, pois a “hegemonia cultural”, não é sinônimo de poder dominador, pois uma classe social não pode se sobrepor ideologicamente sobre uma outra sem que a mesma recorra a alianças e articulações mesmo que seja de forma inconsciente.

Em relação ao contexto educacional, Gramsci aponta para a diferenciação das classes escolares, ou seja, uma para formar operários que corresponde à maioria e outra para formar dirigentes e especialistas, esta à minoria, perpetuando assim o processo de dominação intelectual e cultural.

Essa diferenciação pode ser analisada enquanto crítica à escola tradicional e à chamada escola nova, sendo que a tradicional não corresponde à demanda e dinâmica social, mas que tem a preocupação de dar uma resposta à chamada cultura industrial, sendo que para ele, a escola nova é apenas uma reafirmação da hegemonia burguesa, onde simplesmente transforma diferenças em desigualdades.

Na escola tradicional, sua organização inspirou-se na “teoria” que a educação é direito de todos e dever do estado, direito este que correspondeu aos interesses da classe social que consolidou no poder a burguesia. Busca definir o princípio educativo da escola tradicional, destinada às crianças. As noções e dever deviam introduzir a criança na sociedade dos homens.

Observa que a escola tradicional era oligárquica, pois formava apenas os filhos da classe superior, os quais se tornariam posteriormente dirigentes. Esse caráter oligárquico, não era tido pelo seu modo de ensino, mas pelo fato que cada grupo social possui um tipo próprio de escola, que tem por objetivo perpetuar nesse grupo social uma função tradicional, sendo necessário a partir desse ponto de vista lutar contra a escola tradicional.

Daí a definição de escola humanista para Gramsci, pois destinava a desenvolver em cada indivíduo humano a cultura geral, tentando incrementar ao novo tipo de intelectual urbano, cuja formação é a escola técnica, ou seja, um sistema de escolas especializadas e destinadas a uma abordagem específica, precisa, o que posteriormente irá ficar conhecida como o que hoje conhecemos escolas técnicas ou profissionais, o que se mostrava para o autor como a perda de terreno da tendência democrática, porque a escola “destinada” ao povo não se organizava de modo a restringir a base da classe governante tecnicamente preparada.

Na escola prevista por Gramsci, as classes menos favorecidas poderiam se inteirar dos códigos dominantes, a começar pela alfabetização, para que o aluno adquira criticidade, defende que, para os primeiros anos de escola, um currículo que ensine efetivamente o educando a ler, escrever, fazer contas e que tenha conhecimento de seus direitos e deveres de cidadão.

Assim, para conquistar o poder e exercer sua dominação a classe dominada deveria realizar uma reforma intelectual e moral, ou seja, conquistar o poder cultural. É claro que para que isso aconteça o proletariado deveria organizar-se com o intuito de produzir seus próprios intelectuais tentando reunir os intelectuais tradicionais.

Neste contexto, principalmente nos meados do Século XIX, existiu uma discussão constante entre a escola tradicional e a nova escola. Essa discussão ganha novos adeptos e defensores a partir da pedagogia do oprimido de Paulo Freire e nas discussões para um “repensar radical” da educação segundo as concepções do Professor Ernani Maria Fiori, no que tange ao que ele próprio intitula “Educação Libertadora”. (1999). Fiori tenta explicitar o pensamento de Paulo Freire sobre a práxis, liberdade e cultura. Também nos levando a refletir de como e o porquê do autor chegar à conclusão de que é através da problematização da situação vivida que o oprimido pode chegar a se libertar em comunhão.

Fiori, apoia seu pensamento numa pedagogia em que o esforço totalizador da práxis humana busca, na interioridade desta, retotalizar se como “prática da liberdade”, em sociedades cuja dinâmica estrutural conduz à dominação de consciências.

Para Fiori, a educação é um esforço permanente do homem por constituir-se e reconstituir-se, buscando a forma histórica na qual possa reencontrar consigo mesmo, em plenitude de vida humana, que é, substancialmente, comunhão social. Esse reencontro coloca o homem em seu lugar próprio, tem um nome adequado: autonomia e liberdade. O movimento em direção à liberdade define o sentido do processo educativo como libertação. A educação, pois, é libertadora ou não é educação. (pag.84).

Dessa maneira, pode-se afirmar que o homem não é um ente natural que faz história. Ele é história, faz se na história e como a mesma é um ente histórico. O homem é perene conquista de si mesmo, e a educação do homem não se pode separar da produção do mundo, implicam-se num só e único processo.

No processo da cultura, o saber não é um momento prévio ao fazer, nem tampouco seu resultado, mas os dois se implicam dialeticamente, essa cultura resulta de uma colaboração essencial aos demais na construção do mundo humano, isso através de uma participação ativa e criadora num saber fazer.

Segundo Fiori:

A educação, pois, não transcorre fora do processo histórico-cultural, nem dentro dele; desenvolve-se ao lado de outras instâncias, em linhas paralelas e autônomas. Ela se comensura à globalidade desse processo de elaboração da cultura toda, diverso em suas manifestações, porém unitário em seu sentido. Aprender, portanto, não é saber como foi o mundo ou como deverá sê-lo; essencialmente, é esforço por reinventá-lo numa práxis que assume e supera as condições objetivas da situação histórica em que vive. Se o aprendizado criador é substituído pelo ensinamento de um saber separado da produção real da existência, então este saber trai sua vocação originária e passa a instrumentalizar as mais terríveis alienações humanas. (1999. pag. 86)

Em relação à alienação abordada pelo Professor Fiori, existe uma tentativa constante para democratizar essa cultura alienada e alienante, procurando estendê-la ao povo, abrindo oportunidades para que os homens do povo se elevem até ela. A cultura é algo mais amplo e profundo, é processo social de permanente recriação do mundo, da existência, do homem, pois o homem forma se, educa se, nas formas do mundo que ele elabora em comum e somente através da colaboração pode produzir e reproduzi-lo.

Dessa maneira o processo cultural, implica o aperfeiçoamento pessoal e domínio do mundo, pois ao se separar cultura e civilização, formação do homem e transformação do mundo, o homem se divide internamente e o mundo deixa de ser uma

mediação humanizadora. Por isso, o homem novo não é produto de uma revolução cultural, e o mundo novo, de uma transformação estrutural, a revolução, se é revolução, é uma só, ainda que tenha dois nomes, revolução industrial e cultural, uma promove a outra, da mesma forma que uma não existe sem a outra.

A cultura autêntica é aprendizado, e autêntico aprendizado é conscientização. Já na alienação cultural, o aprendizado é transformado em domesticação, o ensino não propicia a participação comum, transmite o feito, o pronto e o acabado, impõe os valores dominantes impondo a dominação da consciência, mantendo e propagando os ensinamentos e valores de uma civilização de escravos.

Fiori afirma que a educação se define, dentro da funcionalidade desse sistema, como adaptação. Se aceitamos os pressupostos anteriores, se a cultura deve ser criadora do homem novo, se o homem se renova pela superação de todos os seus limites, num retomar reflexivo que o refaz sempre mais além de si mesmo, então a educação é exatamente o contrário: é o esforço de permanente desadaptação. O Homem que se conforma renuncia a historicização: desumaniza-se. (pag.79)

A abordagem da educação libertadora, não se faz em favor dos oprimidos; é feita a partir do povo e com ele, é o que justamente é chamado de cultura popular. Nessa globalidade do processo da cultura popular, a educação ganha sentido originário de busca do pleno reconhecimento ativo do homem e pelo homem. Educar-se é participar ativamente do processo total da cultura, através da qual o homem se faz e refaz, radicalmente, é o processo da cultura do povo trabalhador, sendo assim, cultura popular no seu sentido mais profundo e originário.

Torna-se necessário ressaltar que cultura popular é um processo global, no qual os intelectuais devem renunciar sua autoridade e sua prepotência para serem os participantes de uma ação cultural comum, que consiga trabalhar com teoria e prática. Assim os propósitos da educação libertadora podem se resumir na ação de educar-se na história e como história. Se a educação é história, assim o homem é a invenção do homem, a educação há de ser uma práxis dessa invenção.

Daí torna-se contundente a análise da conscientização e da educação, pois ambas se implicam mutuamente. As estruturas podem aprisionar o homem ou propiciar a sua libertação, porém, quem se liberta é o próprio homem. A conscientização como processo interno às condições estruturais pode ser fator relevante de transformação sócio cultural, o homem não pode libertar-se, se ele não é o protagonizador de sua história, se não é capaz de dirigir sua própria existência.

Assim afirma Ernani (1999):

“... As lutas pela libertação, desde seus primórdios, devem restituir ao homem a sua responsabilidade de reproduzir, isto é, de educar-se e não de ser educado. Nessa emergência de uma autoconsciência crítica de nossos povos, é de vital importância uma reflexão comprometida com a práxis da libertação, que nos permita captar, com lucidez e coragem, o sentido último desse processo de conscientização. Só assim será possível repor os termos dos problemas de uma educação autenticamente libertadora: força capaz de ajudar a desmontar o sistema de dominação, e promessa de um homem novo, dominador do mundo e libertador do homem..” (pag 66)

Partindo desse pressuposto e tendo como base o pensamento do educador Paulo Freire, pode-se afirmar que a educação popular pode ser entendida primeiramente como uma modalidade, uma extensão dos serviços da escola àquelas pessoas que não tinham acesso à educação ou que estavam à margem dela. Somente depois de algum tempo foi entendida como um conjunto de lutas para que a educação realmente fosse acessível ao povo. Ela não é uma atividade pedagógica para, mas um trabalho coletivo em si mesmo, ou seja, é o momento em que a vivência do saber compartilhado cria a experiência do poder compartilhado.

A principal característica da educação popular é utilizar o saber da comunidade como matéria prima para o ensino, é aprender a partir do conhecimento do sujeito e ensinar a partir de palavras e temas gerados pelo próprio cotidiano daqueles que estão vivenciando o processo. É mais um modo de presença assessora e participante do educador comprometido do que um projeto de educadores a ser realizado sobre pessoas e comunidades populares. Realiza-se em todas as situações, a partir da reflexão sobre a prática de movimentos sociais e movimentos populares onde trocam experiências, criticam ações e situações.

Diante desse contexto pode-se afirmar que o educador é um sujeito com saberes específicos, distintos dos saberes dos alunos, sem que isso signifique atribuir aos saberes dos educadores maior ou menor valor, mas sim aceitar que são saberes próprios da experiência do educador.

A esse respeito, Freire (1987) ressalta:

A experiência de estar por baixo leva os alunos a pensarem que se você é um professor dialógico, nega definitivamente as diferenças entre eles e você. De uma vez por todas, somos todos iguais! Mas isto não é possível. Temos que ser claros com eles. Não. A relação dialógica não tem o poder de criar uma igualdade impossível como essa. O educador continua sendo diferente dos alunos, mas- e esta é, para mim, a questão central- a diferença entre eles, se o professor é democrático, se o seu sonho político é de libertação, é que ele não pode permitir que a diferença necessária entre o professor e os alunos se torne antagônica. A diferença continua a existir! Sou diferente dos alunos! Mas se sou democrático não posso permitir que esta diferença seja antagônica. Se eles se tornam antagonistas, é porque me tornei autoritário (FREIRE, 1987. pag. 117) .

A pedagogia proposta é aquela que priorize a educação como prática da liberdade, onde o indivíduo possa de modo reflexivo, descobrir e conquistar como sujeito de sua própria história. Como o próprio Paulo Freire afirmou todo esse processo perpassa pela via da alfabetização onde o educando deve saber e principalmente ter a oportunidade de aprender a escrever a sua vida, como autor e testemunha de sua história, pois, alfabetizar é conscientizar.

Nesse processo de alfabetização o estudo da realidade do educando se torna primordial, sendo justamente nesse processo que surgem os temas geradores extraídos da problematização da prática da vida dos educandos, onde os problemas são extraídos a partir da realidade e do modo de vida dos mesmos.

A conscientização não se limita a rigidez no que se refere no reconhecimento das coisas puras, mas, pelo contrário, prepara os indivíduos para a luta contra os obstáculos a sua humanização.

Daí a afirmação de Fiori (1987):

Com a palavra, o homem se faz homem. Ao dizer a sua palavra, pois, o homem assume conscientemente sua essencial condição humana. E o método que lhe propicia essa aprendizagem comensura-se ao homem todo, há de aprender a dizer a sua palavra, pois, com ela, constitui a si mesmo e a comunhão humana em que se constitui; instaura o mundo em que se humaniza até os mais altos níveis de labor universitário (1987. pag. 12).

Alfabetizar segundo autor é aprender a ler essa palavra escrita em que a cultura se diz e, criticamente deixando de ser repetição daquilo que já passou, e conscientizando daquilo que virá. O processo de alfabetização não é algo pronto e acabado, mas sim um processo de conhecimento periodicamente em construção, é a codificação e descodificação, que permite ao alfabetizando integrar a significação das respectivas

palavras geradoras em seu contexto existencial.

Assim sendo pode-se afirmar que a missão da luta libertadora do povo oprimido é a de devolver-lhe a situação de sujeito de seu próprio processo histórico-cultural. Na alienação cultural, é o objeto. Ao desalienar-se, retoma reflexivamente, de forma livre e consciente a constituição de sua consciência como existência. A conscientização não é a exigência prévia para a luta de libertação, mas sim, é a própria luta.

A cultura popular é a cultura do povo, do homem que trabalha e humaniza o mundo, reproduzindo a si mesmo, livremente e em comunhão com os demais. Só assim a cultura popular poderá ser reconhecida e respeitada, visando alcançar a legitimidade de que hoje goza a cultura erudita, na escola ou fora dela.

Dessa forma, temos claro que a escola tem poder para transformar a sociedade. Nesse sentido, tanto Gramsci quanto Freire concordam que a escola pode fazer isto, ainda que de maneira relativa, visto que ela reproduz a sociedade capitalista. No entanto, a cultura contra hegemônica pode ser implementada nas brechas e contradições desta sociedade.

Nessas brechas é possível perceber várias possibilidades que variarão, em intensidade estratégica de aplicação, de acordo com o momento histórico pelo qual se passa.

A primeira ação para a luta contra as culturas hegemônicas é aprender a fazer a leitura crítica constante das concepções e ideias neoliberais que orientam a definição de políticas públicas em educação e as recentes reformas curriculares, procurando identificar suas bases antropológicas, gnosiológicas e políticas. Essa leitura possibilitará o alcance e o entendimento da ideologia dominante para, a partir daí, propor novas ações no sentido contrário.

Outra ação necessária seria a leitura e interpretação crítica de documentos oficiais como os PCN (Parâmetros Curriculares Nacionais) e o RNCEI (Referencial Nacional Curricular de Educação Infantil) e com as Diretrizes Curriculares dos Cursos Superiores, por exemplo.

Depois dessas leituras críticas seria o momento de aprender a identificar os espaços de contradição no interior das escolas e usá-los em favor da construção de uma educação crítica e emancipadora, desenvolvendo um Projeto Político Pedagógico coletivamente visando uma educação na/para autonomia, na/para cidadania. A construção desse Projeto seria carregada de momentos de diálogos programados e

sistematizados em que se permita discutir, problematizar e refletir sobre a prática pedagógica. Tudo isto buscando a construção de uma consciência filosófica do próprio projeto pedagógico, não importa em qual área de trabalho da proposta curricular, de tal forma a se obter clareza quanto à própria concepção pedagógica, o que auxiliaria muito no processo de construção dialógica entre pares que, como diferentes, pensam de maneira diferente e têm valores diferentes;

Saindo da escola em busca de uma educação libertadora, não podemos esquecer da participação da luta política na sociedade. Essa luta exige participação, criticidade, esperança, colaboração, solidariedade, radicalidade se for o caso. Há que se considerar os anseios e as necessidades das comunidades atendidas pela escola.

Além disso, os professores também devem ingressar nesta luta. É preciso fazer uma leitura crítica da própria trajetória formativa vivida, de tal forma a compreender como se chegou pensar o que pensa hoje sobre educação e práticas pedagógicas.

Tal movimento contribui para o processo de desconstrução da ideologia dominante colocada e expressa em diferentes aspectos da prática pedagógica, ao mesmo tempo em que favorece o processo de reinvenção de si mesmo e de novas práticas. O professor deve desenvolver a capacidade de dialogar, defender argumentativamente as próprias ideias e travar a luta política no sentido mais amplo, do sistema, com respeito ao trabalho e à visão de mundo dos demais e desenvolver a capacidade permanente de leitura crítica da política educacional vigente; de leitura crítica das propostas curriculares em vigor nas escolas brasileiras e também a capacidade de leitura crítica da “pedagogia cultural”, aquela que não se faz no interior das escolas, mas sim no âmbito aberto da sociedade capitalista, principalmente aquela “pedagogia cultural” que se impõe juntamente com o processo de consumo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Paulo Freire (1987), em seu livro em parceria com Ira Shor, *Medo e ousadia: cotidiano do professor*, fala sobre enfrentar o medo no cotidiano de nossas lutas pela transformação da sociedade. O autor afirma “Se estou seguro do meu sonho político, então uma das condições para continuar a ter esse sonho é não me imobilizar enquanto caminho para sua realização. E o medo pode ser paralisante” (1986, p.69-70)

Sendo assim, na luta pela educação popular como objeto de resistência à ideologia dominante e, como objeto na construção de uma cultura geral, todos temos uma parcela de responsabilidade.

Ambos os autores, Gramsci(2002), Fiori (1991) e Freire (1987) nos levam a refletir a necessidade de uma política que proporcione o conhecimento aprofundado dos conteúdos a serem ensinados e o modo de ensiná-los, proporcionando igualdade a todos os indivíduos e assim, conseqüentemente enxergar na educação uma das formas de transformação da sociedade.

Diante de tudo isso, podemos chegar à conclusão que a educação é realmente um processo de criação ao contrário da repetição e alienação, desinibidora e não restrito a uma classe social. Uma educação comprometida com a liberdade, uma educação que de fato desenvolve o ímpeto de criar, uma educação que seja capaz de desenvolver no indivíduo o aprendizado constante, proporcionando ter uma sociedade mais justa e igualitária, e principalmente uma sociedade que valorize o homem, proporcionando-lhe ser o sujeito da sua própria educação e não o seu objeto.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

GRAMSCI, Antônio, 1891-1937. **Cadernos do cárcere**, volume 6/ Antônio Gramsci; tradução, organização e edição Carlos Nelson Coutinho, Marco Aurélio Nogueira e Luiz Sérgio Henriques. - Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

FIORI, Ernani Maria. Textos escolhidos: v. II.: Educação e Política / Ernani Maria Fiori.- Porto Alegre p. ; 21cm. 1991.

FREIRE, P.(1987). **Pedagogia do Oprimido**. 27ª ed., RJ, Paz e Terra.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros Curriculares Nacionais: apresentação dos temas transversais: pluralismo cultural. Ministério da Educação e do Desporto, Secretaria de Educação Fundamental. Brasília: MEC/SEF, 1997.

FREIRE, Paulo. Shor; Ira - **Medo e ousadia**: o cotidiano dos professores. 2ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.